

ALVORADA

SEMANÁRIO REPUBLICANO

N.º 269 do 6.º Ano—N.º 19

Editor, Abel de Vasconcelos Cardozo

Director e proprietário, A. L. de Carvalho

S. da R., Capitão L. A. Pina Guimarães

Redacção e administração, Rua da República

Guimarães, 20 de Janeiro de 1916

Comp. e impressão, Tip. Minerva Vimaranesse

PELA NOSSA TERRA

HIGIENE E ARTE

II

Só os muitos afazeres que tenho tido obstaram a que eu mandasse a Alvorada, para o seu número passado, a continuação das minhas considerações sobre os futuros melhoramentos de Guimarães, as quais se foram suscitando através a escrita do meu artigo O que pensa a Câmara.

A vida, por aqui e nas circunstâncias sociais em que me eu coloquei, raras vezes deixa volver os olhos às coisas sempre intensas do nosso coração. Estamos, neste tempo ansioso que vai correndo, a despertar com o telefone, a rir com o cinematógrafo, quasi que a voar como o automóvel, e a ter as palpações do mundo, uma a uma, junto do ouvido, pelo telégrafo sem fios. Uma grande cidade é sempre, para quem tem coração, um enormissimo inferno. Mas vamos lá com Deus.

O artigo O que pensa a Câmara deve considerar-se um prólogo. De outro modo torna-se impossível, amontoando doutrina e indisciplinando a imaginação, chegarmos a concluir que era realmente justo o que eu ali anotava. É um prólogo. E, para que o seja, absolutamente, temos desde já de pôr de parte, pois que aqui só se tratará da cidade do futuro, o caso episódico da instalação do nosso museu de arte sacra.

Vamos ás obras. Guimarães é, com efeito, uma cidade insalubre. Não se revoltam: primeiro, porque me não refiro a toda a cidade; segundo, porque ninguém de consciência tem o direito de andar a iludir-se a si próprio, enganando os outros. Digo agora que é uma cidade insalubre, húmida, doentia, como o disse ontem ou sempre, como o direi enquanto não mudarmos de orientação e ela não mudar.

Foi sempre assim? Não; e nós vamos vê-lo daqui a pouco, com um documento iniludível. Guimarães, pelo que ainda se apalpa nas várias modalidades do seu corpo urbano total, principiou a estragar-se, a errar, nos princípios do século passado. Como se prova isso, ou como provo eu o que estou afirmando? Bem naturalmente. Basta conhecer algumas das efemérides sobre Guimarães para saber que os conventos de S. Domingos, das Dominicãs, dos Franciscanos e das Capuchinhas ainda ao alvorecer do século XIX se instalavam no campo, fora da cidade; basta dar uma vista de olhos por Guimarães e ir procurar os edificios solarengos, os verdadeiros solares das famílias nobres da cidade, e facilmente se verá que nenhum, absolutamente nenhum dos que tenham sido edificadas em rua ou largo, a data do início da sua construção, é posterior a 1800;

basta, enfim, observar os edificios que organizam as ruas de Santo António, Toural, Praça de D. Afonso Henriques e S. Dâmaso, para reconhecer, em todos, construções que o século XVIII não tinha sonhado.

Daqui se deduz, pois, que ao início do século que passou a cidade de Guimarães se encontrava, ainda, toda ou quasi toda fechada dentro das suas muralhas, que tinham então, na melhor das hipóteses, sete e oito séculos de existência.

A que vem tudo isto?—perguntarão. Será possível que éle queira que se levantem de novo as muralhas de Guimarães?—hão de dizer ainda. Responderei que não, visto que, já agora, era impossível ergué-las, para as conservar como as conservam lindas cidades da Itália e da Espanha, com as mesmas venerandas pedras que nelas foram testemunhas de muito acto patriótico e heróico.

O que eu quiz chegar, descobrindo este aspecto da questão no que diz respeito às edificações da cidade antiga e da cidade que surgiu de um século a esta parte (uma salubre, a outra húmida) é que quem a demarcou no século XI ou XII tinha muito mais critério do que quem deu em insalubrizá-la no século XIX.

A cidade de Guimarães, ao ter um dia necessidade de se alargar, de crescer, nunca o devia ter feito para áquem da parte sul das suas muralhas, mas antes para cima, para além do Castelo, em terras sobre que o sol incide logo que nasce ou que se descobre na montanha da Penha. Nunca deveria ter-se enterrado nos lameiros da Caldeiroa e dos Pombais, mas sim desenvolvido caminho fora do Cano, através uma terra mais ou menos plana e em que a luz é franca e o sol bate até á mais alta hora do dia. Isso, sim; isso é que seria criterioso.

De modo que eu não quero, não posso querer a cidade outra vez apertada dentro das suas muralhas; mas quero, grito pelo menos, que a ter de gastar-se muito dinheiro, tanto como se diz que agora vai gastar-se, a Câmara de Guimarães, dando uma prova de inteligência é um exemplo, pense, medite bastante, e mande organizar um plano de obras tendentes a reformar, higiénica e artisticamente, a nossa terra natal, plano em que entre a inutilização dos seus bairros insalubres, que são esses que apontei no meu anterior artigo, e em que principie a nova orientação das edificações a erguer com o exemplo, embora violento para o comércio de hoje, mas necessário á saúde pública de hoje e de amanhã, do levantamento dos Paços do Concelho (se é que eles são in-

A obra do Governo

Ao parlamento foi apresentado pelo illustre chefe do governo, que tem a seu cargo a pasta das finanças, o orçamento ordinario para 1916-1917, sendo consolador a obra patriótica deste grande estadista, como se verá pelo que a seguir publicamos:

O «deficit» do ano de 1915-1916 foi de 8.176.323\$10 — O «deficit» previsto na proposta orçamento apresentada ante-ontem na Câmara pelo sr. dr. Afonso Costa é de 3.165.790\$29.

Em comparação com o anterior, há portanto no orçamento ordinario de 1916-1917 uma diminuição de 5.010.526\$81 Escudos.

Tuy pelo seu bispo

Tem graça a chiada que fazem os jornais de feição monárquica e jesuítica, tanto de cá como de lá, a propósito... dos hábitos talares dum bispo que, por ser estrangeiro, entendem eles que é motivo suficiente para alterar as leis de outra qualquer nacionalidade por onde acontecerem.

Se não fôsse aquela excepção dos pastores inglesinhos, até ridiculos eram estes protestos. Assim, é meia razão—que não vale, esta é a verdade, a exploração que do caso se quer fazer.

De Braga

Pela imprensa de Braga vimos que a mesa do Hospital de S. Marcos desistiu do empréstimo distrital dos 100 contos. Fêz bem. Apenas se podia dispensar o proponente de revelar tam maus humores contra os de Guimarães—que, positivamente, não lhe querem mal nenhum, atenta a circunstância de costumar ser generoso... com os proponentes que desistem.

Tanto assim que nem contraria a arvezada lógica da proposta, e passa á ordem do dia, que é o seu amor ao trabalho e um desejo intenso de bem avisinhar com o distrito, de quem na conjuntura não tem agravos, nem jamais o quererá ter.

dispensáveis) em pleno largo do Condé D. Henrique.

Um homem dos nossos dias, quando sobe até á cadeira de membro de um município, tem obrigação de ser, se não mais inteligente do que alguns dos que administra no exercicio das suas funções, pelo menos tam inteligente, instruído, orientado e metódico quanto o exigem (neste século em que até os pobres se instruem, procurando orientar-se) as obrigações do seu cargo.

Quiz parecer-me, ao ver o desenvolvimento deste artigo, que o que se tornava indispensável era documentar e marcar bem os erros que durante um século se cometeram—erros que são crimes de lesa-critério.

Não queira a Câmara, pois, mais do que a glória de deixar no município de Guimarães a marca indelével do seu juízo e da sua inteligência—e oriente-se, reforme a cidade.

Alfredo Guimarães.

Moral simples

A tristeza cobarde inoculada precocemente no sangue da mocidade pela má leitura da arte pessimista, algumas vezes adornando-se com a mentira do nome de filosófica, e que resulta da disciplina moral do nosso tempo, vem fazendo dos homens sujeitos dos vícios que, ganhando bom terreno nos organismos neurasténicos, sob o ilusório pretexto do esquecimento da amargura e cansaço da vida, os precipitam com rapidez assustadora na degenerescência. O luxo, por que a imaginação doentia pôde julgar que encobriria a negável condição da nossa espécie, tornou-se criminoso. Um insignificante objecto de vestuário, o chapéu de senhora, é adorno calculado em tantos mil réis quantos os necessários á edificação dum bairro operário e funcionamento duma cozinha económica, representa a fortuna com que honradamente nossos avós sustentaram e educaram nossos pais e agasalharam a velhice de seus antepassados. Ainda para mais o luxo é a acção persistente da nossa moralidade social, especialmente evidente nos centros de civilização, onde o grande financeiro enriquece com a chamada sciência moderna do furto e pais e maridos não tem da honra outro conceito que não seja o inspirado na elegância, e essa não pergunta como veio o dinheiro que pagou as joias de filhas e esposas e embelesa com fina cortezia a própria devassidão escandalosa. Tanto quanto possível, o homem fêz-se máquina de prazer, transformando a fisiologia e invertendo as facultades. Não dá ao estômago o alimento razoável, mas o veneno da iguaria, despreza a conservação de certos órgãos com a hipertrofia doutros. A inteligência empregou a em destruir e, usando magistralmente da assombrosa utopia das palavras, negou a virtude em nome da razão, o amor em nome da justiça, o dever em nome do seu direito. A sua arte é uma arte de sublimes tristezas e fundas rebeliões, chora num convulsionismo epiléptico, talentosamente, arrasando sem piedade, arrasando sempre, á procura duma felicidade que não encontra, nem poderia encontrar onde teima em buscá-la. Viu-a nos montes da riqueza, e a sua ambição é desmarcada; viu-a no jogo das paixões, e para éle a família é um obstáculo que se destroi com o divórcio e com o amor livre; viu-a na grandeza política a que aspiram quaisquer mediocridades, julgando que a política é um arranjo e que o estadista pode dispensar-se dum longo estudo sociológico; viu-a na affectação, no delirio de parecer bem aos outros, de fingir ou a nobreza ou a milionarice. Habitudo a mentir, autosugestionouse, pediu ao alcool a linda quimera dos sonhos, á sciência a vertigem eléctrica dos seus instrumentos. Quiz a maior soma de estranhas comoções; o que deseja na leitura é a acção violenta e

sinceramente dissoluta; vai ao teatro apunhalar-se com fundas impressões da maior tragédia, mas nessa tragédia os homens serão tórpes e as mulheres impudicas.

Porque? porque as sociedades modernas vivem fóra da moral científica, que definitivamente será constituída com a organização positiva dessas sociedades. É a moral científica que tem a resolver o problema, hoje azedamente discutido, da emancipação da mulher, e resolve-o de acôrdo com a fisiologia que indica como superior e principal trabalho da mulher o da maternidade—agora tam esquecida!—; é a moral científica que tem a resolver ainda a questão mais renhida do operariado, intimamente ligada ao regimen social em vigor, mostrando que cada homem é no desempenho das suas obrigações um funcionário público e alargando as condições de vida das classes pobres; é a moral científica, elaborada pelo poder intelectual, que tem a arrancar o homem da senda perigosa por onde enveredou, á falta de guia, para o caminho do dever, pois é aí que éle encontra a relativa felicidade.

E essa felicidade é tanto maior quanto mais simples. Fortifica no homem o amor de família—base do amor pátrio e social. Dentro de sua casa, ignorado da curiosidade, ensina-o a ter a cada hora bem presente a noção positiva da coragem de estar o mais pequeno acto, o mais obscuro e simples, conforme com a sua intelligência, a sua vontade e o seu affecto, como se fôsse possível estender-se até éle a discussões e análise das pessoas ilustradas. Ele não fará, porque o não vêem, o que não faria se o vissem; éle não dirá a seus filhos, á sua companheira e aos seus criados as palavras que não usa empregar com estranhos; éle viverá ardentemente no carinho do lar, voltando ao antigo prazer da longa comunhão, tam delicada e ingénua... da família.

Assim a luta da vida tem um fim próximo e directo—o sustento da esposa e a educação dos filhos, e anima-o a um ideal altíssimo: a contribuição para a prosperidade nacional e humana. Da pátria pelo melhor emprêgo da intelligência e pela constância da vontade; da humanidade—pelos beneficios que para ela derivem da obra literária ou científica.

Mas este mesmo trabalho das facultades carece de sujeitar-se a regras de moral, porque não basta ser inteligente—a intelligência sem coração é quasi sempre nociva. É necessário que os movimentos intellectuais garantam ou prosigam o aperfeiçoamento humano.

Escrever um livro é coisa fácil—os livros socialmente belos e úteis pela generosidade ou pelo alcance são raros. Veja-se neste século das descobertas quantas se destinam á melhor forma de fomentar o ódio e de aumentar a mortalidade! Será um génio o descobridor, não é por certo um bom homem.

Eduardo d'Almeida.

dúvida de todo o nosso exercício. Havendo tido conhecimento de que um dos 2 infelizes mortos nessa noite deixara viuva com filhos, um deles, de 8 anos, propuzemo-nos conseguir a entrada d'este no Colégio dos Orfãos de S. Caetano, da cidade de Braga, o que de facto realizamos, depois de provermos a algumas despesas com a mesma criança.

Cumpre-nos exarar aqui o nosso melhor reconhecimento ao dedicado provedor do simpático estabelecimento, o nosso prestimoso correligionário, cidadão Bento de Oliveira.

Banquete de confraternização

Finda a ditadura—jessa crise patológica da política nacional e que todos os republicanos jámais deviam olvidar pelos ensinamentos de toda a espécie que ela nos trouxe! — promovemos um banquete em homenagem aos illustres presidentes do Senado e Comissão Executiva da Câmara Municipal, respectivamente cidadãos dr. Francisco Moreira Sampaio e Mariano da Rocha Felgueiras, significando-lhes por esse modo a justa consideração de apreço pela atitude que haviam tomado perante a dissolução do corpo administrativo que distintamente representam. Esta homenagem, que teve lugar no Hotel da Penha, desdobrou-se numa festa eminentemente republicana, não só porque se tornou acessível a todos, mas ainda porque durante ela reinou o mais ardente entusiasmo de fé pelo triunfo da revolução de 14 de Maio.

Eleição das Comissões Políticas

De harmonia com o que determina a nossa lei estatutária, deliberamos interessar-nos pela eleição das comissões políticas, às quais cumpre, como sabeis, a organização e técnica directiva do Partido. Para tal fim elaboramos uma lista depois de previamente havermos consultado aqueles correligionários, que pela sua situação no seio da vida partidária, estavam no caso de serem ouvidos. Vimos, porém, com surpresa—e porque não dizê-lo?—com desgosto, que a nossa iniciativa não havia logrado o aplauso dos que, pelo visto, não sabem sacrificar às conveniências gerais mesquinhos antagonismos, motivo pelo que a elaborada lista foi mal sucedida no sufrágio.

Permiti, Ex.^{mo} cidadão presidente e dignos consócios, que aproveitemos esta oportunidade para manifestar-vos lial e francamente o nosso sentir quanto à marcha política do nosso Partido, a qual não vai, positivamente, não vai pelo melhor e mais seguro caminho. Dispensai-nos de aqui precisar razões demonstrativas daquilo que sentimos, tanto mais que isso seria supérfluo para quem, como vós, tam de perto as conhece e intimamente como nós as sente...

Manifestação aos expedicionários

Andando a opinião pública mordida por certa propaganda de antipatriotismo e cobardia no sentido de indispor, não só o espirito do país, mas até directamente o de abater o moral das forças militares contra a República, entendeu esta direcção levar aos soldados de infantaria 20, que partiram na primeira expedição para a Africa, um pouco do sentimento de simpatia em que pelo povo era tido o seu sacrificio pela Pátria. Para tal fim organizamos uma manifestação com a colaboração da Academia Vimaranesense e demais colectividades de classe, desta cidade, acompanhando com as suas respectivas bandeiras, até à gare do caminho de ferro, as referidas forças, sempre entre vivas entusiásticas à Pátria, ao Exército, à República, etc. Também por essa ocasião foi promovi-

vida uma subscrição entre os nossos associados, tendo esta produzido 25 escudos e um pacote de cigarros, tudo sendo entregue ao Ex.^{mo} Comandante do Regimento, o qual, por sua vez, fêz distribuir pelas praças, conforme dá fé o recibo que nos foi passado.

Manifesto Patriótico

Fizemos distribuir pela cidade e freguesias suburbanas alguns milhares do manifesto que inseria a carta patriótica do official de cavalaria 11, Tenente Oscar Monteiro Torres, por a considerarmos um belo documento cheio de nobreza e de bravura—exemplo que tam flagrantemente servia como estímulo e como lição.

Biblioteca e Gabinete de Leitura

Mesquinho foi o impulso que podemos dar à nossa biblioteca. Ainda assim fizemos aquisição de alguns livros e pozemos em exercício a mesma, estabelecendo o serviço de requisições para a leitura no domicilio.

E' todavia tam modesta a nossa estante de livros, que, mais uma vez, dirigimos um apêlo aos nossos dignos consócios no sentido de ver intensificar-se um pouquinho de interesse pelo seu desenvolvimento.

Relativamente ao gabinete de leitura queremos aqui testemunhar o nosso reconhecimento à redacção da «Alvorada», não só pelo envio de dois numeros do seu semanário, mas ainda pela remessa de vários jornais com quem a mesma faz permuta.

Conferências

Não tivemos o prazer de ver realizadas algumas perleccões que nos haviam sido prometidas pelos dedicados correligionários e nossos dignos consócios, cidadãos Capitão Luis A. de Pina Guimarães, Abel de Vasconcelos Cardozo e dr. Eduardo d'Almeida. Cumprirão, contudo, a sua promessa — estamos certos disso — logo que lhes seja possível fazerem-no.

Escola nocturna

Tendo-nos ficado devoluta uma dependência d'este Centro, que se encontrava sobrealugada, deliberamos aproveitar essa parte do edificio na instalação duma escola nocturna para ensino primário e gratuito, peticionando ao Ex.^{mo} Ministro da Instrução o subsidio de 80 escudos, conforme uma lei reguladora d'estes subsidios. Era todavia já fora do tempo, como, mau grado nosso, o tivemos de verificar. Devemos, não obstante, o nosso reconhecimento ao illustre deputado cidadão João Lopes Soares—tanto mais que o mesmo tomou gostosamente a si o encargo de fazer vingar na primeira oportunidade o pedido d'este Centro.

Representações

Foi este Centro representado no Congresso extraordinário do Partido Republicano Português pelo dedicado cidadão Domingos Martins d'Oliveira Santos, da cidade do Porto, de cuja missão se desempenhou, como consta da sua comunicação.

Igualmente o Centro se fêz representar pelo illustre cidadão Alberto Veloso d'Araujo nas homenagens de jubilo prestadas na cidade de Lisboa ao imminente e prestigio estadista dr. Afonso Costa, pelo seu regresso à vida politica, depois do desastre que tam brutalmente o ia vitimando.

Outras manifestações desta qualidade tiveram e mereceram a nossa atenção, como consta do livro das sessões de direcção e fizemos constar por intermédio da imprensa.

Administração Económica

(Resumo)

Receita	365\$61,5	
Despesas		221\$13
Recibos cobráveis		10\$10
» incobráveis		8\$55
Obrigações sorteadas (empréstimo do bilhar) (*)		114\$00
Saldo que passa para 1916		11\$83,5
	365\$61,5	365\$61,5

Movimento geral de sócios

Foram admitidos	30
Pediram a demissão	10
Foram demittidos	13
Faleceram	1
Sócios existentes	126

Ex.^{mo} cidadão Presidente é digno Consócio: Eis desenvolvidamente—talvez mais do que o merecia — o que foi a gerência do ano de 1915. Como síntese, podemos encerrar esta exposição com as mesmas palavras que no começo dizemos:

—Muito boa vontade, mas pouco, muito pouco de positivo!

Sem que possamos entregar a melhores mãos o futuro e prosperidade do Centro Republicano de Guimarães, atenta a circunstância de, pelos vossos votos, haveremos sido reconduzidos para a gerência de 1916,—cuja confiança agradecemos — praza ao menos, em nome da República, que sejamos mais ditosos nas iniciativas que hajamos de tomar, não só para satisfação e valimento dos nossos esforços, mas ainda e especialmente para glória e engrandecimento do nosso Partido.

Guimarães, 17 de Janeiro de 1916.

A Direcção: Presidente, A. L. de Carvalho; Secretário, António Pereira; Tesoureiro, José Fernandes Guimarães; Vogais, Joaquim de Souza Neves e Oscar Amadeu Moutinho.

(*) O empréstimo que era de 150\$000 escudos ficou definitivamente liquidado nesta gerência.

Sociedade Protectora dos Animais

Assemblea geral

São por este meio avisados todos os sócios desta Sociedade a comparecer na sua sede provisória, rua da República—72, no dia 19 do corrente, pelas 20 e meia horas, para em assemblea geral ordinária se proceder à eleição dos novos corpos gerentes.

Não comparecendo número legal de sócios, fica a reunião adiada para o dia 26, à mesma hora, funcionando então com qualquer número que esteja presente.

Guimarães, 16 de Janeiro de 1916.

O 1.^o Secretário

Agostinho Fernandes Rocha

Anúncio

Arrematação

(1.^a Publicação)

No dia 6 de Fevereiro próximo, às 11 horas, á porta do Tribunal Judicial, desta comarca, sito na rua do Gravador Molarinho, desta cidade, por virtude da deliberação do conselho de família e interessados no inventário orfanológico a que se procede por óbito de António Ferreira Gomes, casado e morador que foi no lugar de Entre-as-Aguas, freguesia de Santa Cristina de Longos, desta comarca, se há de proceder à arrematação, em hasta pública, dos seguintes bens:

Móveis—Uma cama de madeira de cerdeira com cabeceira alta e respectivo enxergão, usada, que será posta em praça pela quantia de \$67.

Um pequeno lavatório de madeira de castanho e uma pequena mesa também de castanho, com aba e uma gaveta; duas cadeiras de pinho, duas caixas, sendo: uma de madeira de pinho, que levará 16 decalitros, e outra de madeira de castanho, em muito mau estado, que levará 14 decalitros, que tudo será posto em praça pela quantia de 1\$00.

Uma pequena dorna de madeira de castanho, arcada de ferro, que fará 192', e um pipo, também de castanho, arcado de ferro, que levará 210', em muito mau estado, que tudo será posto em praça pela quantia de 1\$67.

Roupas — Dois cobertores de lã e dois lençóis de pano cru, de dois panos e meio, tudo muito usado, e que será posto em praça pela quantia de 1\$00.

Roupas de uso do inventariado — Um facto de chaviote; um chapéu; um par de sapatos e duas camisas de pano cru, tudo muito usado, e que será posto em praça pela quantia de \$80, os quais estarão patentes no acto da praça.

Bens de raiz

A propriedade denominada actualmente de **Mourixó ou Gandarela de Baixo**, situada no lugar assim chamado, na freguesia de Santa Cristina de Longos, desta comarca, que se compõe de uma morada de casas térreas e sobradadas, com uma sala, quartos e lojas térreas, com escadas de pedra, estando parte desta morada de casas, ao lado do norte, em ruina, terra de horta e um campo junto com árvores avidadas, tudo circuitado por parede. E' de natureza de prazo foreira a José Luis Gomes de Matos, da referida freguesia de Santa Cristina de Longos, a quem se paga o fôro anual de uma galinha.

Tem água de rega da Agua de Vide e da Fonte da Gandarela, a principiar em dia de S. Pedro, 29 de Junho de cada ano, seis horas de oito em oito dias, e de lima 24 horas de sete em sete dias, todo o ano, a qual será posta em praça pela quantia de 247\$00.

Campo do Prado, terra lavradia, tendo ao lado do poente seis árvores avidadas e do nascente também quatro árvores avidadas, situado na dita freguesia de San-

ta Cristina de Longos. E' de natureza alodial e tem água de rega do Ribeiro do Bôlo, desde o dia de S. Pedro, 29 de Junho de cada ano, seis horas de oito em oito dias e de lima todos os dias, o qual será posto em praça pela quantia de 200\$00.

Leira de malo, situada no monte de Agua de Vide, na mencionada freguesia de Santa Cristina de Longos, a qual será posta em praça pela quantia de 80\$00.

Todos os bens serão entregues a quem maior lance oferecer acima das referidas quantias, ficando a cargo do arrematante ou arrematantes o pagamento de toda a contribuição de registo.

Pelo presente ficam citados quaisquer credores incertos e desconhecidos do inventariado e bem assim o credor Januário Moisés Barbosa Castro, casado, proprietário, residente na cidade de Braga.

Guimarães, 15 de Janeiro de 1916.

Verifiquei a exactidão,

O Juiz de Direito,

Santos.

O escrivão, interino, do 3.^o officio,

Armando da Costa Nogueira.

ANÚNCIO

Editos de 30 dias

(2.^a Publicação)

No Juizo de Direito da comarca de Guimarães, no cartório do escrivão abaixo assinado, correm editos de trinta dias, que principiarão a contar-se da publicação do segundo e último anúncio, citando os interessados Manuel da Costa e Ventura da Costa, ambos solteiros, maiores, ausentes em parte incerta dos Estados Unidos do Brasil, para assistirem a todos os termos até final do inventário de menores, a que se procede por óbito de Henrique Ferreira, viuvo, e morador que foi na freguesia de Lordelo, desta comarca, e no qual é inventariante António da Costa, viuvo, jornalista, do lugar do Monte, freguesia de Lordelo, sendo esta citação sem prejuizo do andamento do referido inventário.

Guimarães, 23 de Dezembro de 1915.

Verifiquei,

O Juiz de Direito,

Santos.

O escrivão,

Manuel Ribeiro de Sousa Mascarenhas.



Casa Penhorista Vimaranesa

Fundada em 1880

Propriedade de **PEIXOTO & ROCHA**

Legalmente habilitados

Operações sobre valores de ouro, prata, platina, pedras preciosas e papeis de crédito

Rua da República, 144—GUIMARÃES

OS JESUITAS (1)

O seu catecismo

A *Mónita Secreta* é o catecismo secreto dos Jesuitas, que, inteiramente nisto, tem negado o texto respectivo.

Este documento foi colleccionado sobre o manuscrito latino proveniente da successão do padre Brothier, último bibliotecário dos jesuitas de Paris antes da revolução, e está conforme à edição de Paderborn de 1661, assim como ao manuscrito autêntico que se encontra nos arquivos do reino da Bélgica, no palácio da justiça de Bruxelas, sob o seguinte título:

Secreta mónita ou avis secrets de la Société de Jésus (2).

Eis a história deste manuscrito, ao qual falta uma folha, e que está catalogado sob o número 730.

Por ocasião da expulsão dos jesuitas, em 1773, esta ordem possuía nos Países Baixos, entre diversas propriedades importantes, um colégio em Ruremonde, provincia do Limburgo holandês. O governo nomeou uma comissão para tratar da liquidação dos bens da Companhia, e o conselheiro Zuytgens foi enviado especialmente a Ruremonde, a fim de proceder ao inventário.

Sendo, porém, suspeito de pretender, por complacência para com os padres, esconder certos livros, recebeu da Comissão or-

dem expressa para remeter imediatamente e sem excepção todos e quaisquer papeis. Entre eles foi encontrado o manuscrito da *Mónita Secreta*.

A prova de tudo isto acha-se nos arquivos de Bruxelas, no *Protocolo das deliberações do comité estabelecido para tratar dos negócios resultantes da supressão da Sociedade dos Jesuitas, nos Países Baixos*.

A *Mónita Secreta* divide-se em capítulos, dos quais vamos, em resumo, dar as principais instruções:

CAPITULO PRIMEIRO

Para captarem as simpatias dos habitantes da povoação em que pretendem estabelecer-se (os jesuitas) torna-se necessário praticar actos da maior humildade, visitando os pobres, os aflitos, os presos, fazendo-se amar pela pratica de acções caritativas, dando esmolas aos pobres; não adquirir terreno senão a título de empréstimo e extorquir às viúvas ricas as maiores somas, fazendo-lhes ver a sua extrema necessidade.

CAPITULO SEGUNDO

Travar relações com as pessoas principais da povoação e animá-las, mesmo nas suas acções odiosas, para depois se fazerem seus protectores e aliados; captar as graças dos príncipes e dos seus criados, oferecendo a estes pequenas dúvidas para conhecerem as inclinações dos amos; descobrir os pensamentos mais secretos das familias por meio das criadas de quarto.

CAPITULO TERCEIRO

Procurar a protecção dos poderosos, empregando-a contra os inimigos da Companhia e servir-se, em segredo ou tacitamente, dos nomes dos grandes na aquisição de bens temporais.

CAPITULO QUARTO

Não se intrometer nos negócios públicos, metendo porém neles amigos dedicados e poderosos; pesquisar e publicar com prudência as faltas dos outros religiosos, fazendo opposição áqueles que pretendam fundar escolas para instruir a juventude.

CAPITULO QUINTO

Evitar a instalação das escolas estranhas à Companhia, a quem deve ser

exclusivamente confiada a mocidade, fazendo-se crer aos príncipes e aos magistrados, que só o seu ensino evitará a perturbação dos estados.

CAPITULO SEXTO

Escolher, para visitar as viúvas, padres de uma compleição viva e de conversação agradável; afastar as viúvas da vida mundana, modificando prudentemente a direcção da sua casa, fazendo com que pouco a pouco se vão despedindo os seus criados para serem substituídos por outros dedicados à Companhia; aconselhá-las a que se vão confessar amiudadas vezes para irem conhecendo o seu modo de pensar; defender as vantagens do estado de viuvez e mostrar os inconvenientes do casamento, propondo-lhes pretendentes que sabem que as viúvas odeiam, calunhando áqueles que lhes pretendem agradar e impellido o convívio com os homens.

CAPITULO SÉTIMO

Habituar as viúvas a darem todas as semanas uma esmola para Jesus Cristo, para a Virgem Santa, para outro qualquer santo ou igreja, «até que sejam inteiramente despojadas das primicias e despojos do Egipto», deixando-as entrar no jardim e no colégio, contanto que isso se faça secretamente, permitindo-lhes que se recreiem em segredo com áqueles que mais lhe agradarem.

Se fizerem voto de castidade, que o renovem duas vezes por ano, segundo o nosso hábito, concedendo-lhes nesses dias um recreio honesto com os nossos; tratá-las com meiguice nas confissões e fazer com que elas deixem de visitar as outras igrejas e governar-lhes a casa em segredo. Os confessores deverão guiá-las de forma que paguem ordinariamente penções e tributos anuais às casas prefezas, para que prodigam, especialmente à casa professa de Roma, saldando-lhe as dívidas.

CAPITULO OITAVO

Aconselhar as mães a que recusem aos filhos vestidos luxuosos, mostrando-lhes as dificuldades do casamento e os encantos do celibato, conduzindo-as por forma que façam aborrecer as filhas de viverem com as mães e pensem em se fazerem religiosas, praticando o mesmo com respeito aos filhos.

CAPITULO NONO

Os confessores dos poderosos, dos reis, das viúvas, não devem deixar escapar ocasião alguma de adquirirem bens temporais e recebê-los logo que lhes sejam oferecidos; indagarão dos penitentes o seu nome, a sua familia, os seus parentes, os seus amigos e a sua fortuna; informar-se-hão das suas successões, do seu estado, das suas in-

tenções e resoluções; torná-los-hão favoráveis à Companhia, fazendo o mesmo com os burguezes ricos e casados sem filhos, dos quais pode vir a ser herdeira. Quando um confessor encontrar uma penitente de fortuna avisará logo o reitor e procurará por todos os meios captar-lhe as simpatias. Quando um individuo tiver um filho único, deve inspirar-se a este toda a sorte de receios de seus pais, mostrando-lhe quanto seria agradável a Deus o sacrificio de abandonar o lar doméstico, às ocultas dos pais. Conseguindo isto, enviá-lo-hão para um noviciado muito afastado, prevenindo o Geral. Induzir as viúvas e outras personagens importantes a dar toda a sua fortuna à Companhia, reservando-se unicamente o usufruto.

Ter médicos dedicados junto dos enfermos para que sejam chamados nos últimos momentos.

Dizer às mulheres casadas que lastimam a vida desregrada de seus maridos, que podem ceder em segredo algumas somas para expiar os pecados de seus maridos e obter do céu o seu perdão.

CAPITULO DÉCIMO

Despedir da Companhia qualquer individuo que mostre mais afeição à sua familia do que à Companhia, despedindo igualmente todos os outros que mostrarem escrupulo em adquirir bens para ela.

CAPITULO DÉCIMO PRIMEIRO

Alcançar daqueles que são despedidos a promessa escrita ou por meio de juramento que jámais dirão ou escreverão coisa que prejudique a Companhia; escrever a todos os colegas, malizando os que tiverem de ser despedidos, «exagerando os motivos do seu afastamento»; espionar e tornar público tudo o que apurarem contra eles. Se, porém, não praticarem actos dignos de repreensão, deverão atenuar por meio de discursos tudo o que poderem fazer digno de louvor.

CAPITULO DÉCIMO SEGUNDO

Conservar na Companhia os confessores dos grandes e todos áqueles que conheçam segredos, assim como os velhos que servirão para contar aos superiores as faltas que notarem entre os outros, afim de se evitar a má reputação da Companhia. Igualmente serão

conservados os homens ricos «até ao momento em que se resolvam a fazer doação de toda a sua fortuna à Companhia, que não lhes deve recusar coisa alguma, mas logo que a doação seja um facto, começarão a mortificá-los como aos outros».

CAPITULO DÉCIMO TERCEIRO

Escolher os mancebos espirituosos, elegantes, nobres e ricos, rodeá-los de uma particular afeição, mostrando-lhes quanto a Deus é agradável que lhe consagrem a sua vida com tudo que possuem, ao mesmo tempo que lhes vão oferecendo algumas dádivas e, se não obedecem ao chamamento divino, então amedrontá-los com as penas eternas.

Adverti-los de que não devem participar a sua vocação a nenhum dos seus amigos, nem a seus próprios pais, enquanto não derem entrada na Companhia, separar os filhos de suas familias, mandando-os para universidades longinquas.

CAPITULO DÉCIMO QUARTO

Afastar da Companhia todo aquêl que alguma vez tenha praticado algum mau acto contra ela, contra a sua honra ou proveito próprio. Se um confessor souber, por pessoas estranhas que se cometeram actos vergonhosos com alguma pessoa da Companhia, não deve absolvê-las sem que primeiro digam o nome daquêl com quem pecaram e, dizendo-o, fazê-las jurar que nunca o dirão a ninguém, sem que a Companhia lho consinta. Se dois jesuitas tiverem pecado, por obras, contra a castidade, aquêl que o declarar primeiramente será conservado na Companhia, sendo o outro expulso. Maltratar todo aquêl que se tenha em vista expulsar, collocando-o sob as vistas de superiores severos, que o afastem de funções honrosas até que comece a murmurar; calunniá-lo, censurá-lo, dar-lhe rudes castigos, humilhá-lo em público, apresentando-o como um individuo pernicioso à Companhia.

CAPITULO DÉCIMO QUINTO

Procurar as confissões das religiosas pois que as abadessas ricas e nobres, podem servir de grande auxilio à Companhia, tanto por si como por seus amigos e parentes.

A MAIS ECONÓMICA,
A MAIS MODERNA
A QUE REUNE
TODOS OS



APERFEIÇOA-
MENTOS,
A MAIS
SOLIDA

1 Volta por vela
5 a 100 velas
110 voltas

1 Volta por vela
10 a 100 velas
220 voltas

1 1/2 Volta por vela
110 e 220 voltas
10 a 6.000 velas

Peçam em toda a parte a lâmpada
"SERENA,"



ALVORADA

SEMANARIO REPUBLICANO

Preço da assinatura		Preço das publicações	
Ano	1\$200 rs.	Anuncios e comunicados, por linha	40 rs.
Semestre	600 "	Repetição, por linha	20 "
Brazil, ano (moeda forte)	2\$500 "	Permanentes, contracto convencional.	
Número avulso	80 "	Anuncios, não judiciaes, para os srs. assinantes 25 % de abatimento.	

ALVORADA

Do Cidadão

(1) Estudo escrito por A. Andrei, em seguida à revolução de 1870 e numa ocasião em que os Jesuitas mais trabalhavam para fazer da França o seu *Alb-bergue*.

(2) Nota do tradutor: «O dr. Melo de Moraes, afirma na sua *Corografia Histórica do Império do Brasil*, que na biblioteca do Rio de Janeiro existe um autógrafo da *Mónita Secreta*, que o padre Frei Caminho do Monte diz ter sido encontrado no colégio dos padres da Companhia, em Lisboa, no ano de 1759.»